

Retomada da agenda legislativa

21/09 08h40

Conforme esperávamos, o resultado do esforço concentrado foi frustrante. Na Câmara, nada foi aprovado. No Senado, foram votadas uma medida provisória, a Lei de Informática e o projeto de lei do Executivo que garante aos aposentados e pensionistas que pertencem ao Regime Geral de Previdência Social (INSS) o direito de contrair empréstimos bancários a serem descontados na respectiva folha de pagamento, a exemplo do que já ocorre com os empregados com carteira assinada.

Na Câmara, continuam pendentes a Lei de Falências e o projeto das agências reguladoras. No Senado, estão na fila a Lei de Biossegurança e a Parceria Público-Privada.

O governo pretende retomar as votações já no mês de outubro, logo após o primeiro turno das eleições municipais. Os prognósticos de votação em outubro também não são positivos. No caso da Câmara, até o final de setembro, haverá 15 medidas provisórias trancando a pauta. Em outubro, outras sete.

Além do excesso de medidas provisórias, estaremos entre o primeiro e o segundo turno das eleições municipais. Ainda que haja segundo turno em apenas 35 municípios, serão disputas importantes, como em São Paulo, que mobilizará um bom número de parlamentares. Ou seja, a exemplo da semana passada, a falta de quorum continuará sendo um problema para o governo.

No caso do Senado, em outubro pode ser aprovada a Lei de Biossegurança. Com relação ao PPP, as perspectivas de votação são para depois das eleições, ou seja, em novembro.